

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.916 - SC (2019/0324932-6)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : MIRIAM FURTADO HARTUNG
ADVOGADOS : MARCIO LOCKS FILHO - SC011208
GUSTAVO ANTONIO PEREIRA GOULART - SC019171
RECORRIDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por MIRIAM FURTADO HARTUNG, com base nas alíneas **a** e **c** da CF/88, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES. REAJUSTE DE 3,17%. PERCENTUAL CORRETO. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. MP 2.225-45/2001.

O direito a receber a diferença de reajuste no percentual de 3,17% é limitado ou pela superveniente concessão do reajuste no percentual correto ou pela reestruturação da carreira à qual pertence o servidor, na forma do estabelecido pela MP 2.225-45/2001. Essa Medida estendeu aos servidores civis do Poder Executivo o reajuste postulado, entretanto, seu artigo 10 determinou a limitação da implantação do reajuste nesses termos: "Art. 10. Na hipótese de reorganização ou reestruturação de cargos e carreiras, concessão de adicionais, gratificações ou qualquer outra vantagem de qualquer natureza, o reajuste de que trata o art. 8º somente será devido até a data da vigência da reorganização ou reestruturação efetivada, exceto em relação às parcelas da remuneração incorporadas a título de vantagem pessoal e de quintos e décimos até o mês de dezembro de 1994" (fl. 41e).

Nas razões recursais, a parte recorrente alega ofensa ao art. 10, da MP 2.225-45; e às Leis 13.302/2001 e 10.405/2002, sustentando o seguinte:

"Trata-se de agravo de instrumento interposto pela parte exequente, contra decisão exarada em sede de impugnação ao cumprimento de sentença julgada procedente, para o fim de reconhecer a inexistência de valores a serem cobrados, em razão de que a superveniência das

Leis nº 13.302/2001 e 10.405/2002 teria acarretado reestruturação da carreira dos docentes a ensejar a incidência do art. 10 da MP 2.225-45.

(...)

**2. DO CABIMENTO DO RECURSO
DA OFENSA À LEI FEDERAL E DO DISSÍDIO
JURISPRUDENCIAL**

O presente recurso é voltado contra decisão de última instância proferida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região em sede de recurso de agravo de instrumento, tendo como controvérsia a extensão do reajuste de 3,17% à parte recorrente, devido em decorrência da correta interpretação da Lei nº 8.880/94, a partir de janeiro de 1995 até “a efetiva incorporação dos valores”.

No acórdão proferido pela Corte meridional restou assentado que o advento das Leis nº 10.302/2001 e 10.405/2002 teriam implicado na incidência do art. 10 da Medida Provisória nº 2.225-45 que trataram da reestruturação e reorganização de carreira dos docentes das instituições federais de ensino.

(...)

Contudo, ocorre que tanto a Lei nº 10.405/2002, como as Leis nº 9.678/1998 e Lei nº 10.187/2001, não implicaram em reestruturação de carreira, e, por isso, afastam a incidência do art. 10 da Medida Provisória nº 2.225-45/2001, demonstrando o desacerto do acórdão recorrido na interpretação das mencionadas disposições infraconstitucionais, a ensejar a interposição do presente recurso com fundamento na alínea “a”, inciso III, do art. 105 da Constituição Federal de 1988.

Quanto à interposição do permissivo constitucional pelo fundamento da alínea “c”, inciso III, da Constituição Federal de 1988, o acórdão recorrido diverge substancialmente de entendimento firmado por esse Egrégio Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo, consubstanciado no Recurso Especial nº 1.371.750 - PE, autuado sob o Tema 804.

Conforme discorrido anteriormente, o acórdão recorrido assentou que a superveniência das Leis nº 10.302/2001, 10.405/2002 e 9.678/1998 teriam implicado em reestruturação de carreira a ensejar a aplicação do art. 10 da Medida Provisória nº 2.225-45 (...).

Ocorre que, o entendimento firmado pelo Tribunal a quo afronta tese firmada em sede de recurso repetitivo pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Tema 804 (Recurso Especial nº 1.371.750 – PE), em que fora assentado que:

De resto, o argumento de que a limitação do reajuste deve recair na data da edição da Lei n. 9.678/98 resolve-se diante do que ficou estabelecido como tese representativa da controvérsia.

A Lei n. 10.405/02 tampouco serve de limite à percepção dos 3,17%, pois a Gratificação de Incentivo à Docência - GID, prevista na Lei n. 10.187/01, alterada pela norma em comento, não está compreendida entre as hipóteses de reestruturação ou reformulação de carreira . (g.n).

Do exposto acima percebe-se a flagrante contrariedade do acórdão recorrido à tese firmada pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça quanto a inoccorrência de reestruturação de carreira pelas Leis 10.302/2001, 10.405/2002 e 9.678/1998, a ensejar a interposição do recurso especial com fundamento na alínea “c”, inciso III, do art. 105 da Constituição Federal de 1988.

(...)

Destarte, requer-se a aplicação da tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do Tema 804, em acórdão publicado em 10/04/2015, no sentido de que as leis que instituíram as gratificações GED e GID não estão compreendidas dentre as hipóteses de reestruturação ou reformulação de carreira, por isso não tem o condão de limitar o reajuste de 3,17%.

(...)

4. O ADVENTO DAS LEIS Nº 9.678/98 E LEI Nº 10.187/2001 NÃO IMPLICARAM EM REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA NEM ENSEJAM A INCIDÊNCIA DO ART. 10 DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.225-45-1/2001 No caso dos autos, em que pese o disposto nos artigos 8º e 9º da MP 2.225/45-1, NÃO OCORREU A EFETIVA INCORPORAÇÃO DOS 3,17% EM JANEIRO/2002.

Portanto, a decisão embargada afronta diretamente a coisa julgada, bem como a jurisprudência consolidada do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

Apesar do disposto no art. 9º da MP 2.225/45-1 mencionar que a incorporação do reajuste de 3,17% ocorrerá nos proventos dos servidores em janeiro de 2002, a Administração Pública nunca cumpriu a referida determinação em favor dos integrantes da Carreira do Magistério, da qual faz parte a recorrente.

O reajuste de 3,17% não foi incorporado aos vencimentos dos docentes em janeiro de 2002, em decorrência da interpretação equivocada (segundo o STJ) dada pela Administração Pública ao disposto no art. 10 da MP 2.225- 45/2001, (...).

Aplicando o disposto no referido art. 10 da MP 2.225-45/2001, a Administração Pública não fez incorporar o reajuste de 3,17% aos vencimentos dos docentes em janeiro/2002, porque entendeu que a Carreira do Magistério já havia sido reestruturada anteriormente a essa data pelas Leis nº 9.678/98 (Magistério Superior) e Lei nº 10.187/2001 (Magistério de 1º e 2º Graus), que instituíram, respectivamente, a Gratificação de Estímulo à Docência - GED e a Gratificação de Incentivo à Docência - GID.

Ocorre que a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça sedimentou o entendimento de que as leis que instituíram as gratificações GED e GID não estão compreendidas dentre as hipóteses de reestruturação ou reformulação de carreira, por isso não tem o condão de limitar o reajuste de 3,17%.

(...)

Desse modo, é pacífico o entendimento de que as leis que instituíram as gratificações GED e GID não se referem à reestruturação de cargos ou à reorganização de carreira, não havendo que se falar em limitação temporal do reajuste de 3,17% às datas em que instituídas as referidas gratificações.

Assim, o reajuste de 3,17% é devido à parte recorrente “até a efetiva incorporação”, que não ocorreu em janeiro/2002 e nem houve reestruturação da Carreira do Magistério em momento anterior, não configurando as hipóteses de limitação do reajuste de 3,17% previstas pelos art. 8º, 9º e 10 da MP 2.225- 45/2001, conforme entendimento consagrado no e. Superior Tribunal de Justiça.

5. REQUERIMENTO

Isto posto, requer, pelas razões expendidas, seja conhecido e provido o permissivo constitucional interposto, para o fim de que:

a) seja reformado o acórdão recorrido, com a consequente aplicação da tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do Tema 804 (Recurso Repetitivo nº 1.371.750 - PE), em acórdão publicado em 10/04/2015, no sentido de que as leis que instituíram as gratificações GED e GID não estão compreendidas dentre as hipóteses de reestruturação ou reformulação de carreira, por isso não tem o condão de limitar o reajuste de 3,17%.

b) seja reformado o acórdão recorrido, reconhecendo-se que o reajuste de 3,17% é devido à parte recorrente “até a efetiva incorporação”, que não ocorreu em janeiro/2002 e nem houve reestruturação da Carreira do Magistério em momento anterior, não configurando as hipóteses de limitação do reajuste de 3,17% previstas pelos art. 8º, 9º e 10 da MP 2.225-45/2001, conforme entendimento

Superior Tribunal de Justiça

consagrado no e. Superior Tribunal de Justiça" (fls. 56/62e).

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 96/98e).

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls.101/102e).

A irresignação não merece prosperar.

In casu, o Tribunal de origem, soberano na análise fática da causa, consignou, expressamente, que:

"Por ocasião da análise do pedido de efeito suspensivo, foi prolatada decisão nos seguintes termos:

Em que pesem os ponderáveis argumentos deduzidos pelo agravante, não há reparos à decisão agravada, que deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos.

Acresço que o percentual de 3,17% teve como causa a Lei 8.880/94, que, nos artigos 28 e 29, dispôs sobre a concessão da revisão geral de remuneração aos servidores públicos a partir de janeiro de 1995. Como nesse mês, os servidores públicos acabaram contemplados somente com a variação do IPC-r (22,07%), restou, ainda, a diferença prevista no artigo 28 e que corresponde ao percentual de 3,17%.

O direito a receber a diferença de reajuste no percentual de 3,17% é limitado ou pela superveniente concessão do reajuste no percentual correto ou pela reestruturação da carreira à qual pertence o servidor, na forma do estabelecido pela MP 2.225-45/2001. Essa Medida estendeu aos servidores civis do Poder Executivo o reajuste postulado, entretanto, seu artigo 10 determinou a limitação da implantação do reajuste nesses termos:

Art. 10. Na hipótese de reorganização ou reestruturação de cargos e carreiras, concessão de adicionais, gratificações ou qualquer outra vantagem de qualquer natureza, o reajuste de que trata o art. 8º somente será devido até a data da vigência da reorganização ou reestruturação efetivada, exceto em relação às parcelas da remuneração incorporadas a título de vantagem pessoal e de quintos e décimos até o mês de dezembro de 1994.

Nesse sentido, transcrevo os seguintes precedentes:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL.
ANÁLISE DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS.
IMPOSSIBILIDADE NA VIA DO ESPECIAL.

ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 165 E 535, INCISOS I E II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. REAJUSTE DE 3,17%. EMBARGOS À EXECUÇÃO. MEDIDA PROVISÓRIA 2.225/2001. OFENSA À COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA. LIMITES DA RES JUDICATA. PEDIDO E CAUSA DE PEDIR. ALCANCE. MANUTENÇÃO DA SITUAÇÃO FÁTICO-JURÍDICA APRESENTADOS NA INICIAL. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO DO SERVIDOR PÚBLICO A REGIME JURÍDICO. LEI 9.030/95. INCORPORAÇÃO DO ÍNDICE ÀS FUNÇÕES GRATIFICADAS E CARGOS COMMISSIONADOS. ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 07/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIACÃO DA DIVERGÊNCIA.

1. A via especial, destinada à uniformização da interpretação da legislação infraconstitucional, não se presta à análise de possível violação a dispositivos da Constituição da República.

2. O acórdão hostilizado solucionou a quaestio juris de maneira clara e coerente, apresentando todas as razões que firmaram o seu convencimento, o que afasta a alegação do afronta ao art.

535, incisos I e II, do Código de Processo Civil.

3. A limitação temporal prevista no art. 10 da Medida Provisória 2.225-45/2001 não afronta a coisa julgada, podendo ser arguida em sede de embargos à execução.

4. O direito do servidor público a reajuste de vencimentos reconhecido judicialmente está limitado à data da reestruturação da carreira, quando a nova tabela, desvinculada da anterior, o tenha absorvido, sob pena de ter-se uma parcela remuneratória eternizada, que inviabilizaria a discricionariedade da Administração de promover as alterações na estrutura remuneratória dos servidores, ao argumento de ofensa à coisa julgada.

5. A coisa julgada, consubstanciada no dispositivo e na fundamentação da decisão judicial transitada em julgado, está delimitada pelo pedido e pela causa de pedir

apresentados na petição inicial do processo de conhecimento; devendo a execução do título executivo judicial processar-se nos exatos limites objetivos da demanda, de modo que a coisa julgada produzirá efeitos enquanto perdurar a situação fático-jurídica descrita na causa de pedir. Precedentes.

6. Firmado o entendimento pelo Tribunal de origem de que restou comprovado que a Lei 9.030/95 promoveu a incorporação do índice de 3,17% aos cargos comissionados e funções gratificadas, mostra-se inviável alterar essa conclusão na via do recurso especial, em face do óbice veiculado na Súmula 07/STJ, uma vez que tal análise demandaria o reexame do acervo fático-probatório.

7. Não se conhece do apelo nobre, ainda que alicerçado na alínea c do permissivo constitucional, quando o julgado a quo estiver calcado no revolvimento do conjunto fático-probatório constante dos autos.

8. O acórdão indicado como paradigma não se presta para configurar a divergência, pois não apresenta similitude fática com o aresto recorrido, o que inviabiliza o conhecimento do recurso especial. 9. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido. (REsp 1180058/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 27/03/2012, DJe 03/04/2012)

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 3,17%. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. MP 2.150-39/2001. LIMITAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. Segundo orientação firmada pelo STJ, aos servidores cujos cargos e carreiras foram objeto de reorganização ou reestruturação, eventuais diferenças de reajuste de 3,17% são devidas até a data da efetiva implantação dos novos patamares remuneratórios.

2. Tratando-se de servidor público de instituição de ensino superior, cuja origem da reestruturação da carreira ocorreu por força da Medida Provisória n.º 2.150-39/2001, as diferenças devidas ficam

limitadas ao mês de maio de 2001.

3. Em atenção ao disposto no art. 21, parágrafo único, do CPC, tendo a embargante sucumbido em parcela mínima do pedido, cabe à parte embargada arcar com o pagamento dos honorários advocatícios, restando suspensão a exigibilidade em caso de ser beneficiária da Assistência Judiciária Gratuita. 4. Independentemente de ser a parte embargada beneficiária da Justiça Gratuita, mostra-se cabível a compensação dos honorários advocatícios fixados nos embargos à execução, favoráveis à parte embargante, com eventuais honorários devidos no processo de execução.

(TRF4, APELAÇÃO CÍVEL Nº 5054180-83.2011.404.7100, 4ª TURMA, Des. Federal LUÍS ALBERTO D AZEVEDO AURVALLE, POR UNANIMIDADE, JUNTADO AOS AUTOS EM 28/05/2013)

Ademais, não se configura ilegalidade a previsão contida na Medida Provisória 2.225/2001 no sentido de limitar o reajuste à vigência de lei que determine reestruturação da carreira ou estabeleça nova tabela de vencimentos, uma vez que não há direito adquirido a regime jurídico.

Ante o exposto, indefiro o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao agravo de instrumento. Intimem-se, sendo a parte agravada para apresentar contrarrazões.

Estando o decisum em consonância com a jurisprudência e as circunstâncias do caso concreto, não vejo motivos para alterar o posicionamento adotado, que mantenho integralmente" (fls. 46/48e).

Relativamente à ofensa às Leis 10.405/2002 e 13.302/2001, não podem ser apreciadas, na medida em que não houve particularização dos dispositivos que a parte entendia por violados.

Com efeito, a falta de particularização dos dispositivos de lei federal que o acórdão recorrido teria contrariado ou aos quais teria atribuído interpretação divergente consubstancia deficiência bastante a inviabilizar o conhecimento do apelo especial, atraindo, na espécie, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.346.588/DF, Rel. Ministro

Superior Tribunal de Justiça

ARNALDO ESTEVES LIMA, CORTE ESPECIAL, DJe de 17/03/2014; AgRg no AREsp 732.546/MA, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/11/2015.

No mais, o acórdão recorrido está em perfeita consonância com a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, no sentido ser "(...) cabível a limitação temporal do reajuste de 3,17% imposta pela citada Medida Provisória decorrente da reestruturação de cargos e carreiras, devendo a concessão da diferença ficar limitada à data da reorganização efetivada" e de que "o reconhecimento, em execução, da limitação temporal determinada pela MP 2.225-45/2001 ao reajuste de 3,17% não implica violação da coisa julgada" (STJ, REsp 1.654.759/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/05/2017).

No mesmo sentido:

"AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. FUNASA. REAJUSTE DE 3,17%. LIMITAÇÃO. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI 10.483/2002. COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA. INCIDÊNCIA SOBRE FUNÇÕES COMISSIONADAS E GRATIFICADAS. VANTAGENS PESSOAIS. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. Pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que "o termo final do pagamento dos valores devidos a título de reajuste de 3,17% se opera na data da reestruturação/reorganização da carreira, conforme dispõe o art. 10 da MP 2.225/2001, ou em 1º/1/2002, para as carreiras que não foram reestruturadas/reorganizadas até essa data, conforme o art. 9º da mencionada Medida Provisória" (AgRg no REsp 1399666/PE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 08/05/2014, DJe 22/05/2014).

2. Com relação aos artigos 467 e 468 do CPC, registre-se que não ofende a coisa julgada quando "a limitação temporal pleiteada em sede de embargos à execução foi prevista em norma que somente veio a entrar em vigor em data posterior ao último momento em que se mostrava possível a apresentação de tal alegação pela defesa no processo cognitivo, constituindo, assim, fato superveniente" (AgRg nos EREsp 1.094.515/PR, Rel. Ministro Reynaldo Soares a Fonseca, Terceira Seção, julgado em 25/02/2016, DJe 02/03/2016).

3. O acórdão recorrido encontra-se em sintonia com o entendimento deste Tribunal que o pagamento do resíduo de 3,17%, devido aos servidores da Fundação Nacional da Saúde - FUNASA, está limitado à data da edição da Lei 10.483/2002, que reestruturou a carreira da Seguridade Social e do Trabalho no âmbito da Administração Pública Federal.

Superior Tribunal de Justiça

4. É inafastável o óbice da Súmula 7/STJ, pois, verificar se houve ou não acréscimo no valor das funções comissionadas e gratificadas e demais vantagens pessoais, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no REsp 1.318.144/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 24/08/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA CONTINUATIVA. REAJUSTE DE 3,17%. LIMITAÇÃO PELA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEIS 11.344/2006 E 11.784/2008. OFENSA À COISA JULGADA. INOCORRÊNCIA. NORMA SUPERVENIENTE. APLICABILIDADE. PRECEDENTES. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O acórdão recorrido está em consonância com o entendimento jurisprudencial desta Corte, firmado no sentido de que não ofende a coisa julgada a compensação dos 3,17% com reajustes concedidos por leis posteriores ao trânsito em julgado, como ocorrido no caso ora em análise. Precedentes.

2. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.540.941/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/09/2015).

Ademais, do trecho transcrito, verifica-se que o Tribunal de origem afastou a ofensa à coisa julgada e concluiu pela existência da reestruturação e consequente limitação percentual requerido. Rever tal entendimento demandaria o revolvimento de matéria fática, o que esbarra na vedação da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE. 28,86%. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 458, II E 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. ALEGAÇÃO DE DECISÃO EXTRA PETITA E COISA JULGADA. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

Superior Tribunal de Justiça

I - Não procede a alegação de ofensa ao art. 458, inciso II, do CPC/73, pois o Tribunal de origem não pecou na fundamentação do acórdão recorrido, pois decidiu a matéria de direito, valendo-se dos elementos que julgou aplicáveis e suficientes para a solução da lide.

II - Assim, manifestou-se de maneira clara e fundamentada sobre as questões postas a julgamento, não obstante tenha entendido o julgador de segundo grau em sentido contrário ao posicionamento defendido pela ora recorrente.

III - Não há a alegada violação do art. 535 do CPC/73, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, como se depreende da leitura do acórdão recorrido, que enfrentou e decidiu, motivadamente, a controvérsia posta em debate. A questão foi decidida de maneira fundamentada e completa, mas não conforme objetivava a recorrente, uma vez que foi aplicado entendimento diverso.

IV - O juiz não fica obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações das partes, nem a ater-se aos fundamentos indicados por elas ou a responder, um a um, a todos os seus argumentos, quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão, o que de fato ocorreu. Ressalte-se, ainda, que cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso concreto.

V - Ademais, não cabe invocar aresto paradigma para substanciar suposta violação do art. 535 do CPC/73, pois tal afronta é examinada caso a caso, consoante já decidiu a Corte Especial do STJ (AgRg nos EREsp 1.297.932/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, CORTE ESPECIAL, DJe 23/9/2013.).

VI - Para determinar se a questão cingiu-se, realmente, à adequação da execução ao título executivo (alegação de decisão extra petita), seria necessário proceder ao cotejo entre o título e a decisão recorrida, o que não envolve análise jurídica, mas puramente fática, hipótese não comportada na estreita via do especial pela orientação da Súmula 7/STJ. VII - Quanto à suposta afronta à coisa julgada, a Corte de origem considerou que o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial 1.235.513/AL, pela sistemática do art. 543-C do CPC, decidiu que afronta à coisa julgada a alegação, em execução, de compensação do reajuste dos 28,86% com reajuste específico da categoria dos exequentes decorrente de lei anterior à sentença exequenda.

VIII - Todavia, consignou que, no "caso dos autos, a MP

2.150-39/2001 que reestruturou a carreira dos exequentes é posterior ao exaurimento da instância ordinária no processo de conhecimento, de modo que a limitação de pagamento de diferenças de reajuste ou as compensações remuneratórias não poderiam ser arguidas até aquele momento (última oportunidade de objeção no processo de conhecimento). Assim, em face do entendimento firmado, deve ser mantida a limitação da incidência do reajuste na data da reestruturação" (fl. 907, e-STJ).

IX - Nesse contexto, verifica-se que o entendimento firmado não desbordou da jurisprudência desta Corte e que desafiar as premissas fáticas delineadas pelo Tribunal regional acerca do momento da reestruturação da carreira dos exequentes encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

X - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt nos EDcl nos EDcl no REsp 1.586.434/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/04/2018)

"PROCESSUAL CIVIL. REAJUSTE 3,17. OFENSA AO ARTIGO 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. COISA JULGADA. COMPENSAÇÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

I. In casu, questão idêntica já foi objeto de discussão no Superior Tribunal de Justiça, nos autos do REsp. 1686328/RJ, cuja pretensão foi parcialmente conhecida e, nessa parte, não provida, conforme se extrai da ementa daqueles autos: '(...) 1. Cuida-se, na origem, de Embargos à Execução opostos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, contra o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, alegando existência de litispendência e outros vícios que comprometem a pretensão executiva dos Exequentes. 2. O Juiz de primeiro grau julgou procedente o pedido, e extinguiu a Execução, reconhecendo a litispendência. 3. O Tribunal *a quo* deu parcial provimento à Apelação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, e julgou parcialmente procedente o pedido da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, nos Embargos à Execução. 4. Recurso Especial do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Constata-se que não se configura a ofensa ao art. 535, inciso II, do CPC/1973, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada. 5. Com relação a ofensa aos artigos 2º, 128, 460, 468,

515, § 3º, do CPC/1973, esclareça-se que modificar a conclusão a que chegou a Corte de origem, de modo a acolher a tese do recorrente, demanda reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é inviável em Recurso Especial, sob pena de violação da Súmula 7 do STJ. **6. Quanto à alegação de violação dos artigos 468 e 473 do CPC/1973, ofensa à coisa julgada, e ao artigo 373, inciso II, do CC, verifica-se que o Tribunal Regional consignou que a 'sentença que autorizou a execução individualizada à sua vez, foi clara ao estabelecer, com base em jurisprudência consolidada do STJ, que a incorporação do índice de 3,17% limita-se à data da reorganização de vencimentos efetivada pela MP nº 2.225/01, nos termos de seu art. 10.** Portanto, os valores pagos a esse título após essa data, administrativamente ou por força de decisão judicial, devem ser compensados, pena de *bis in idem*, e enriquecimento ilícito dos servidores. No voto condutor da AC 2007.50.01.005095-6 foi consignada a necessidade de compensação dos valores de origem administrativa ou judicial.' (fl. 496, grifo acrescentado). **7. Assim, é inviável analisar a tese defendida no Recurso Especial, a qual busca afastar as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido, pois inarredável a revisão do conjunto probatório dos autos. Aplica-se o óbice da Súmula 7/STJ.** Nesse sentido: AgRg no REsp 1.521.480/PE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 12/5/2015. **8. Ademais, consoante orientação do Superior Tribunal de Justiça, é cabível a limitação temporal do reajuste de 3,17% imposta pela citada Medida Provisória decorrente da reestruturação de cargos e carreiras, devendo a concessão da diferença ficar limitada à data da reorganização efetivada (...).**

II. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido" (STJ, REsp 1.690.581/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017).

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. **SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. JUROS SOBRE VALORES PAGOS ADMINISTRATIVAMENTE. PRECLUSÃO. COISA JULGADA. NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA 7. ART. 354 DO CC. FAZENDA PÚBLICA. INAPLICABILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 458 E 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA.**

1. Verifica-se não ter ocorrido ofensa aos arts. 458 e 535 do CPC, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as

questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

2. No que diz com a alegada preclusão da matéria relativa aos juros de mora sobre valores pagos administrativamente, bem como a eventual extrapolação dos limites da lide, esta Corte, em hipótese semelhante, concluiu que 'constitui matéria de ordem pública a adequação do valor executado, para se extirpar o excesso.

Ressalte-se que, em se tratando de matéria de ordem pública, pode ser alegada na instância ordinária a qualquer tempo, podendo inclusive ser conhecida de ofício' (REsp 1.354.800/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 01/10/2013).

3. Ademais, 'o STJ pacificou a orientação de que a regra de imputação de pagamentos estabelecida no art. 354 do Código Civil é inaplicável às dívidas da Fazenda Pública' (AgRg no AREsp 347.550/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 03/10/2013, DJe 11/10/2013).

4. **Este Tribunal Superior também tem entendimento no sentido de que 'verificar a preclusão da compensação do reajuste de 28,86% com os valores pagos na esfera administrativa ou constatar se aquele pagamento deu-se em desacordo com o disposto no art. 354 do CC, bem como apurar a impossibilidade de incidência de juros negativos nos pagamentos administrativos daquele percentual implica o revolver do conjunto fático-probatório, providência que esbarra no óbice da Súmula 7 deste Tribunal'** (AgRg no AREsp 184.821/RS, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 17/03/2016, DJe 01/04/2016) 5. Agravado interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no REsp 1.239.692/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 21/09/2017).

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. REAJUSTES DE REMUNERAÇÃO. ÍNDICE DE 28,86%. LEIS 8.622/1993 E 8.627/1993. NÃO VIOLA A COISA JULGADA A LIMITAÇÃO DO PAGAMENTO DO REAJUSTE À EDIÇÃO DA MP 1.704/1998. A VERIFICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO COM VALORES DECORRENTES DE PROGRESSÃO FUNCIONAL DEMANDA O REEXAME DE PROVAS, O QUE ENCONTRA ÓBICE NA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO

DESPROVIDO.

1. A jurisprudência do STJ firmou entendimento de que não ofende a coisa julgada a compensação do índice de 28,86% com reajustes concedidos por leis posteriores à última oportunidade de alegação da objeção de defesa no processo cognitivo. Precedente: AgRg nos EAREsp. 221.312/RS, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 2.9.2015.

2. **A análise do julgado, quanto à utilização da Portaria MARE 2.179/98 como critério de compensação do reajuste de 28,86%, a fim de se reputar incorretos os cálculos apresentados, bem como eventual afronta à coisa julgada em decorrência da aplicação da Portaria MARE 2.179/1998, demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que é incabível em Recurso Especial, a teor da Súmula 7 do STJ.** Precedentes: AgRg no REsp. 1.526.546/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 16.11.2015; AgRg no REsp. 1.208.120/RJ, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 25.9.2015 e AgRg no AREsp. 17.612/PR, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 25.3.2015

3. Agravo Interno do Servidor desprovido" (STJ, AgInt no AREsp 230.305/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 09/03/2017).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS A EXECUÇÃO. **VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA. SÚMULA 7/STJ.** AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

1. **A revisão do julgado, de modo a acolher a pretensão recursal, no sentido de que houve violação aos limites objetivos e subjetivos da coisa julgada, demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório, inviável em recurso especial, nos termos da Súmula 7 desta Corte.**

2. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.133.837/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/12/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. AUSÊNCIA. EXECUÇÃO. **REAJUSTE DE 28,86%.**

COMPENSAÇÃO. OFENSA À COISA JULGADA. VERIFICAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Hipótese na qual o recorrente objetiva em sede de embargos à execução o reconhecimento da 'impossibilidade de limitação e compensação do reajuste de 28,86% com a Lei n. 9.640/1998 e com a MP n. 1.704/1998' aduzindo violação à coisa julgada.

2. Não há falar em violação do artigo 535 do CPC/1973, visto que o Tribunal de origem enfrentou devidamente as questões importantes para o deslinde da controvérsia, não havendo que se confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

3. **Na espécie, o Tribunal de origem com base no acervo fático concluiu que ficou 'ressalvado no título executivo o abatimento, em execução, das parcelas referentes a reajustes posteriores compensatórios'. A reforma do acórdão recorrido demanda o revolvimento fático-probatório dos autos, o que encontra óbice no teor da Súmula 7/STJ.** Precedente: AgInt no REsp n. 1.211.816/PE, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 22/9/2016.

4. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.514.287/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 07/11/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. DEVIDO ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES RECURSAIS. INCONFORMAÇÃO COM A TESE ADOTADA. REAJUSTE DE 28,86%. REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS. OFENSA À COISA JULGADA. RESP 1.235.513/AL. LIMITAÇÃO TEMPORAL DO REAJUSTE. SÚMULA 7/STJ. JUSTIÇA GRATUITA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA 83/STJ.

1. Cuida-se, originariamente, de embargos à execução opostos pela UFPEL contra os valores pretendidos pela recorrente exequente que efetuou acordo administrativo, buscando a percepção das diferenças remuneratórias do reajuste de 28,86%.

2. Inexiste violação do art. 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das questões abordadas no recurso.

3. No tocante à limitação temporal, a Primeira Seção do Superior

Tribunal de Justiça, nos autos do REsp 1.235.513/AL, processado na forma do regime previsto no art. 543-C do CPC, entendeu que, inexistindo previsão no título judicial acerca da limitação temporal, não pode o fato ser alegado em embargos à execução, sob pena de ofensa à coisa julgada.

4. Na mesma oportunidade, externou o colegiado entendimento segundo o qual a compensação do índice de 28,86% com reajustes concedidos por leis posteriores à última oportunidade de alegação da objeção de defesa no processo cognitivo não é causa de violação da coisa julgada. Na mesma linha, concluiu pela possibilidade de se reclamar a compensação nos casos em que o fato não tenha sido objetado nos autos do processo de conhecimento em razão de ocorrência posterior à sentença, nos termos da previsão disposta no art. 741, VI, do CPC.

5. O Tribunal de origem expressamente consignou que, "ao elaborar sua planilha, a Contadoria não ficou adstrita à base de cálculo utilizada pelas partes, mas aplicou o reajuste de acordo com o julgado e em conformidade com as fichas financeiras juntadas aos autos, respeitando as orientações definidas no evento 23. Assim, a elaboração de novo cálculo, por pessoa equidistante das partes e com plena aptidão técnica, tornou superada a questão"; "a compensação de percentuais da Lei 9.367/96, determinada no julgado e defendida pelo embargado, implica, efetivamente, na compensação realizada pela Contadoria Judicial, no ano de 1994. Disso decorre que as diferenças vencidas cessaram em dezembro/1994"; "Quanto aos valores pagos na via administrativa, observo que estão devidamente comprovados nas fichas financeiras de set/99 a dez/2005 (evento 1, FINANC8).

Consoante referi no tópico anterior, embora não seja possível impor à embargada os termos do acordo extrajudicial não homologado, imperioso o abatimento dos valores efetivamente pagos na via administrativa, sob pena de enriquecimento ilícito do servidor."; e "efetuada a compensação determinada pelo julgado, a Contadoria apurou que os valores pagos na via administrativa superam aqueles decorrentes do título judicial. Consequentemente, a embargada não tem diferenças a receber; e "a execução deverá prosseguir, exclusivamente, em relação aos honorários advocatícios, apurados pela Contadoria Judicial no valor de R\$ 2.355,68, atualizado até jan/2011 (evento 25, doc. 2)" (fls. 456/460, e-STJ).

6. Na hipótese dos autos, a análise da ofensa à coisa julgada é obstada pela Súmula 7 do STJ, uma vez que o acórdão regional

se fundamentou no conjunto fático-probatório dos autos, inclusive em parecer da Contadoria Judicial e fichas financeiras.

7. A jurisprudência do STJ reconhece a possibilidade de compensação dos honorários fixados na execução com aqueles atribuídos aos seus respectivos embargos, ainda que uma das partes seja beneficiária da justiça gratuita. Incidência da Súmula 83/STJ.

Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no REsp 1.568.739/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/04/2016)

Por fim, igualmente, não se pode conhecer do recurso pela alínea **c** do permissivo constitucional, pois, além da incidência do mesmo óbice sumular, o recorrente não realiza o necessário cotejo analítico, bem como não apresenta, adequadamente, o dissídio jurisprudencial. Apesar da transcrição de ementa, não foram demonstradas as circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e o aresto paradigma.

Nesse sentido manifesta-se a doutrina:

"Não basta a mera indicação do repositório de jurisprudência ou a simples transcrição de excerto do acórdão paradigma. É necessário demonstrar analiticamente que os arestos divergiram na aplicação da lei em casos análogos, diante de fatos análogos. Apenas excepcionalmente tem sido dispensada a demonstração analítica da divergência, quando o dissídio ostenta-se notório" (Athos Gusmão Carneiro, "Admissibilidade do Recurso Especial" in "Aspectos Polêmicos e Atuais dos Recursos Cíveis de Acordo com a Lei 9.756/98", coordenação de Teresa Arruda Alvim Wambier e Nelson Nery Júnior, 1ª edição, 2ª tiragem, Editora Revista dos Tribunais, 1999, p. 116).

E, desta Corte, o seguinte precedente:

"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A comprovação da divergência jurisprudencial exige o cotejo analítico entre os arestos recorrido e paradigma, a fim de demonstrar a similitude fática entre os casos confrontados e a interpretação divergente, conforme preceitua o art. 541, parágrafo único, do CPC, e o art. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

2. A configuração do dissídio jurisprudencial pressupõe que o

Superior Tribunal de Justiça

confronto dos julgados revele soluções distintas a idênticas premissas fáticas e jurídicas.

3. Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg nos EREsp 1.029.770/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 04/12/2014).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, não conheço do Recurso Especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial decorre da interposição de agravo de instrumento, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora